

**Discursos de Violência Contra Mulheres LBT: Invisibilidade e Silenciamento**

Discursos de Violencia Contra Mujeres LBT: Invisibilidad e Silenciamiento

Discourses of Violence Against Women LBT: Invisibility and Silencing

**Mônica Karpinski**ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-9503>

Universidade Estadual do Centro Oeste, Paraná/Brasil

**Kátia Aleksandra dos Santos**ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4706-6624>

Universidade Estadual do Centro Oeste, Paraná/Brasil

## Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.

[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)**Resumo**

A violência contra a mulher, mesmo sendo combatida diariamente através de leis e militâncias, ainda é muito presente na sociedade brasileira, produzindo-se de diversas formas e atingindo todos os grupos de mulheres. Esta pesquisa teve como objetivo compreender os discursos sobre violência contra mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, entendendo que estas correm um risco particular de violência, pois, além de sofrerem pela desigualdade de gênero vigente na sociedade, escapam do padrão cis-heteronormativo. O trabalho parte da perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso de Michel Pêcheux (1995). Como corpus, tomaram-se depoimentos coletados online, por meio de uma postagem em um grupo no *Facebook*. As violências descritas se dão no espaço público e privado, de forma mais ou menos explícita. A violência como efeito está ancorada em uma formação discursiva conservadora que toma o padrão heteronormativo como regra. A análise apontou ainda para a dificuldade de nomeação das situações de violência vividas, bem como uma política de silêncio imposta em relação à própria condição de mulher LBT.

**Palavras-chave:** Violência; Mulheres LBT; Análise de discurso.**Resumen**

La violencia contra la mujer, aunque sea combatida diariamente por leyes y por la militancia, sigue demasiado presente en la sociedad brasileña y cuya producción alcanza a todos los grupos de mujeres. Por lo expuesto, la pesquisa tuvo como objetivo comprender los discursos sobre la violencia contra mujeres lesbianas, bissexuales, travestis y transexuales, una vez que estas sufren riesgos particulares de violencia, pues además de la desigualdad de género presente en la sociedad, escapan a la matriz heteronormativa. El trabajo parte de la mirada teórica y metodológica de la Análisis del Discurso de Michel Pêcheux (1995). El corpus fué copuesto por testimonios recoletados en línea, de un postage en *Facebook*. Las violências descritas se han dado en un espacio público y privado, de manera explícita. La violencia es un efecto basado en una formación discursiva conservadora que sigue la matriz heteronormativa como una regla. El análisis mostra la dificultad de nombrar las

situaciones de violencia vividas, así como una política de silencio impuesta en relación a la propia condición de la mujer LBT.

**Palabras clave:** Violencia; Mujeres LBT; Análisis del discurso.

### Abstract

The violence against women, even when it's fought daily through laws and militances, is still very present in Brazilian society, producing in different ways and reaching all groups of women. This research aimed to understand the discourses on violence against lesbian, bisexual, transvestite and transgender women, understanding that they are at particular risk of violence, because, in addition to suffering from gender inequality prevailing in society, they escape from the cis-heteronormative pattern. The work starts from the theoretical-methodological perspective of Michel Pêcheux's discourse analysis (1995). As a corpus, testimonials were collected online, through a post in a group on *Facebook*. The violence described is takes place in the public and private spaces, in a more or less explicit way. The violence as an effect is anchored in a conservative discursive formation that takes the heteronormative pattern as a rule. The analysis also pointed to the difficulty of naming the situations of violence experienced, as well as a policy of silence imposed in relation to the condition of women LBT.

**Keywords:** Violence; Women LGB; Discourse analysis.

---

### Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, citado por Sacramento & Rezende, 2006), violência foi definida como “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (Sacramento & Rezende, 2006, p. 96). A ideologia patriarcal, que estrutura as relações sociais até a contemporaneidade, confere “aos homens um grande poder sobre as mulheres, justificando atos de violência cometidos por pais e maridos contra filhas e esposas” (Pinsky & Pedro, 2013, p. 287). No Brasil, é possível localizar esse tipo de relação desde o processo de colonização, sendo a mulher culturalmente dominada pelo homem.

Dessa forma, a sociedade brasileira é marcada pela “figura masculina advindo do patriarcalismo (dominador, provedor, por vezes violento, cuidador e detentor de força física e política)” (Oliveira, Lima, & Arana, 2017, p. 205). Foi pelo movimento feminista que o termo *violência contra a mulher* passou

a ser utilizado para referir-se exclusivamente à violência de gênero<sup>1</sup>, afinal “são as questões de gênero, vinculadas às desigualdades, que revestem as agressões e os abusos perpetrados contra as mulheres e as meninas que tornam a violência contra a mulher um evento específico” (Sacramento & Rezende, 2006, p. 97). Portanto, neste artigo, a violência de gênero terá enfoque especificamente àquelas cometidas contra mulheres<sup>2</sup>.

Mesmo com movimentações de feministas e pesquisas acadêmicas, desde 1970, apenas em 1985 foi feita a mais importante ação do ponto de vista das políticas públicas, a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher do Brasil, mesmo que com um caráter basicamente policial, detectando transgressões à lei, verificando sua procedência e criminalizando a violência

---

<sup>1</sup> “O conceito de gênero foi introduzido pelas feministas de língua inglesa na década de 1970, designando as representações acerca do masculino e do feminino que são construídas culturalmente, distanciando-se de uma compreensão biologizante” (Dinis, 2014, p. 6).

<sup>2</sup> “ao falarmos de violência de gênero, esta apresenta uma diversificação maior desta modalidade de violência, ou seja, abrange vítimas variadas: homens, mulheres, crianças, etc” (Oliveira et al., 2017, p. 202).

doméstica (Sacramento & Rezende, 2006). Somando-se a isso, com a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, pode-se dizer que esforços estavam sendo empreendidos na esfera pública para prevenir e punir violência contra as mulheres por meio de sua criminalização efetiva, gerando expectativas de sua aplicação plena a todas as mulheres brasileiras.

Contudo, mesmo com tais intervenções, os alarmantes índices de violência de gênero não apresentaram queda significativa. Inclusive, segundo o *Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*, as taxas de violências contra as mulheres cresceram, sendo que “apenas em cinco Unidades da Federação foram registradas quedas nas taxas: Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro” (Waiselfisz, 2015, p.18), o que mostra que a Lei 11.340/2006, que tem como pressuposto proteger todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, parece não atender o princípio de universalidade (Stevens, Oliveira & Zanello, 2014). Apesar disso, com pouco mais de 10 anos em vigor, a lei Maria da Penha se fez e se faz importante não só na visibilidade e luta contra a violência contra a mulher, como também pelo fato de incluir na legislação uma forma de proteção às mulheres Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LBT) que sofrem violência doméstica e familiar.

Ainda, segundo o Mapa da violência 2015, 405 mulheres por dia, no ano de 2014, foram atendidas em uma unidade de saúde por conta de violências domésticas, sexuais e/ou outras. Entretanto, a falta de fontes de dados sobre o tema, traz escassez de informações sobre motivações e circunstâncias das violências (Waiselfisz, 2015), o que dificulta, portanto, dados referentes a agressões lesbofóbicas, bifóbicas<sup>3</sup> e/ou transfóbicas<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Lesbofobia e Bifobia se enquadram em Homofobia, que segundo Jesus (2012, p. 29) é “Medo ou ódio com relação a lésbicas, gays, bissexuais e, em alguns casos, a travestis, transexuais e intersexuais, fundamentado na percepção, correta ou não, de que alguém vivencia uma orientação sexual não heterossexual”.

Segundo investigação de Eva A. Blay (2008), a maior parte dos Boletins de Ocorrência não aponta quem são os/as agressores/as, muito menos descrições das circunstâncias dos crimes. Os detalhes só são obtidos quando há prosseguimento com a investigação. Diante disso, em seu livro<sup>5</sup>, Blay (2008) trouxe dados<sup>6</sup> sobre as mulheres vítimas de homicídio ou tentativa, bem como a cor, a escolaridade, a condição de trabalho e moradia, a Unidade Federativa de origem, os antecedentes criminais e a faixa etária. Já nos dados que informam qual o relacionamento que o agressor mantinha com a vítima, 50% eram cometidos por pessoas de relacionamento afetivo, apontados pela pesquisadora como todos sendo do sexo masculino.

A partir de dados como esses, a invisibilidade da violência contra as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis se torna ainda mais evidente. Se a organização de dados referentes à violência especificamente envolvendo mulheres ainda é algo recente, a descrição sobre a orientação sexual e identidade de gênero é algo quase inexistente. Apesar disso, o que se pode afirmar é que mulheres LBT correm um risco particular de violência, pois, além de sofrerem pela desigualdade de gênero vigente na sociedade, escapam do padrão cis-heteronormativo<sup>7</sup>, afinal todos aqueles que fogem desta “norma” são, em maior ou menor grau, considerados abjetos:

---

<sup>4</sup> Transfobia é “Preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis. Não confundir com homofobia” (Jesus, 2012, p. 29).

<sup>5</sup> Assassinato de mulheres e direitos humanos. São Paulo: USP. Ed 34, 2008.

<sup>6</sup> Vale ressaltar que tal pesquisa foi realizada com os Boletins de Ocorrência, processos criminais e jornais apenas com homicídio ou tentativa na cidade de São Paulo, da última década do século XX e início do XXI.

<sup>7</sup> “Padrão de comportamento imposto à sociedade, segundo o qual as pessoas devem atender à expectativas sociais ligadas ao sexo designado ao nascer e se relacionar afetiva e sexualmente apenas com pessoas do gênero oposto, levando à marginalização e perseguição das pessoas cuja identidade de gênero difere da cis e/ou cuja orientação sexual difere da heterossexual”. (Souza & Cararo, 2017, p. 163).

Podemos dizer que as mulheres LBT pertencem a um movimento maior, o Movimento LGBT. A sigla se refere a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Antes de entendermos o termo que cada uma das letras representa, é preciso esclarecer, mesmo brevemente, que “a grande diferença que percebemos entre homens e mulheres é construída socialmente, desde o nascimento, quando meninos e meninas são ensinados a agir de acordo como são identificadas, a ter um papel de gênero ‘adequado’” (Jesus, 2012, p. 7). Ou seja, são feitas atribuições e classificações dos sexos das pessoas com base na combinação de anatomia, hormônios e cromossomos, diferenciando os seres humanos dentro de um sistema binário polarizado: masculino e feminino (Souza & Cararo, 2017).

Segundo Souza & Cararo (2017), identidade de gênero é o gênero com o qual a pessoa se identifica e ao qual pertence, podendo ou não concordar com o sexo que lhe foi atribuído no nascimento. Dessa forma, todos os seres humanos podem ser enquadrados em termos de gênero, como cisgênero<sup>8</sup> ou transgênero/não-cisgênero<sup>9</sup>. Entendendo o conceito de gênero, podemos diferenciá-lo de orientação sexual, que se refere à atração afetivo-sexual por alguém de algum/ns gênero/s.

Portanto, dentro do grupo Mulheres LBT, encontram-se duas categorias que podem ou não se mesclar, mas que são independentes. Uma é a categoria de mulheres que têm uma orientação sexual que foge da heteronormativa, ou seja, lésbicas e bissexuais, que são, respectivamente, mulheres que se sentem atraídas apenas por mulheres e mulheres que se sentem atraídas afetivo-sexualmente por mulheres e homens. A outra

categoria é a das transexuais e travestis, que escapam do gênero que lhes foi atribuído no nascimento, pois mulheres transexuais, mesmo sendo registradas como homens ao nascerem, são pessoas que reivindicam o reconhecimento social e legal como mulher. E travesti “é uma pessoa que adota uma identidade feminina. Enquanto muitas se consideram mulheres, outras não se reconhecem nem como homens nem como mulheres, entendendo-se simplesmente como travestis” (Souza & Cararo, 2017, p.163).

Partindo disso, entendemos que a violência contra as mulheres LBT merece visibilidade pela conjugação dos vários preconceitos que enfrentam, pois os estereótipos criados em torno desse grupo de mulheres predisõem parte considerável da sociedade a determinadas atitudes, sendo objeto do preconceito, que pode ou não se manifestar na forma de discriminação e violência.

Quando se trata de mulheres que fogem do padrão cis-heteronormativo, estima-se que cerca de 6% das vítimas de estupro no ano de 2012, segundo o Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), sejam mulheres homossexuais. Muitas vezes, são os chamados “estupros corretivos”, com a intenção de “mudar” sua orientação sexual, capazes de gerar medo a ponto de limitar suas decisões, inclusive inibir demonstração livre de afetividade em locais públicos. O medo não vem só pelo estupro, mas espancamentos coletivos, ataques com ácidos e entrega forçada a centros que se oferecem para “converter” sua homossexualidade.

Para travestis e transexuais, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais [ANTRA] (2018), em 2017, foram 179 mortes e em 2018, até 12 de agosto, já haviam sido assassinadas no Brasil 104 pessoas travestis e transexuais, deixando assim o país em primeiro lugar em assassinatos de pessoas que fogem da cisgeneridade. Também segundo a ANTRA (2018), cerca de 80% dos suspeitos não tinham relação direta com as

---

<sup>8</sup> “pessoa que tem sua identidade de gênero compatível com o gênero que lhe foi designado ao nascer” (Souza & Cararo, 2017, p. 163).

<sup>9</sup> “pessoa que tem sua identidade de gênero diferente da que lhe designaram ao nascer” (Souza & Cararo, 2017, p. 163).

vítimas e os requintes de crueldades foram dos mais variados e brutais.

Existem também as formas de violências mais veladas, que não chegam a ser registradas, mas que não deixam de existir no cotidiano das mulheres LBT. Essas violências podem ser um comentário feito por parte de homens cis quando duas mulheres se beijam; olhares constrangedores quando há demonstração de carinho homoafetivo em público ou então em relação às vestimentas ou comportamentos considerados “inadequados”; proibição por parte dos pais e/ou responsáveis de se vestir, falar e se comportar como deseja, mesmo dentro de casa etc. O fato é que a violência contra a mulher LBT já começa desde o momento em que os pais ou responsáveis não dão a liberdade à filha de ser LBT, ou seja, não oferecendo, demonstrando, falando ou aceitando sua orientação sexual e/ou gênero como possibilidade de vida. Afinal, esconder sua orientação sexual e/ou sua identidade de gênero não é fácil, pois, “o silenciamento e o ocultamento de sua sexualidade é também uma forma de violência” (Dinis, 2011, p. 43).

Atualmente, com o surgimento e a popularização da internet possibilitou a criação de espaços para a expressão de diferentes grupos e a constituição de pautas de lutas. No que se refere à violência contra as mulheres, o espaço virtual coloca-se de forma ambígua, uma vez que se configura como um lugar de denúncias e discussões, mas, ao mesmo tempo, faz surgir outras formas de violência. Entretanto, considerando o potencial espaço para diversas formas de expressão, é possível visualizar os ambientes virtuais, sobretudo as redes sociais, como meio de acesso à fala de mulheres que passaram ou passam por situações de violência. Assim, tendo em vista a especificidade desta pesquisa, faz-se necessário caracterizar a internet como locus de pesquisa.

Com o surgimento da internet e o crescimento da utilização das redes sociais, o cotidiano e as vivências das pessoas tornaram-se mais acessíveis através de sites de

relacionamento. Consequentemente, assuntos como a violência contra a mulher também têm sido discutidos no meio digital, como no *YouTube, Twitter, Instagram, Facebook* etc., de modo que é possível utilizar essas fontes para realizar diferentes formas de investigação acerca dessa temática.

O advento da Comunicação Mediada pelo Computador está sendo capaz de mudar profundamente as formas de organização, identidade, conversação e mobilização social (Recuero, 2009). Segundo a mesma autora,

Sites de redes sociais propriamente ditos são aqueles que compreendem a categoria dos sistemas focados em expor e publicar as redes sociais dos atores. São sites cujo foco principal está na exposição pública das redes conectadas aos atores, ou seja, cuja finalidade está relacionada à publicização dessas redes. É o caso do *Orkut*, do *Facebook*, do *LinkedIn* e vários outros (Recuero, 2009, p. 104).

Apesar de representar uma pequena parte da web, já no ano de criação (2004) o *Facebook* atingiu um milhão de usuários (Fragoso, Recuero & Amaral, 2011). O *Facebook* funciona através de perfis e comunidades, bem como grupos criados por membros/as. Assim, permaneceu por vários anos como uma das redes sociais mais ativas e utilizadas por usuários de todo o mundo. Contudo, segundo dados trazidos por Mark Zuckerberg, um dos fundadores da rede, no último trimestre de 2017, houve uma queda de 50 milhões de horas por dia gastas na “maior rede social do mundo”<sup>10</sup>. Tal acontecimento pode ser reflexo do período contemporâneo, no qual a fluidez das redes sociais é marcada por um ritmo acelerado.

O Grupo Mulheres LBT, criado em 4 de fevereiro de 2016 no *Facebook* por Maíra Mee Silva, possui atualmente mais de 1.000

---

<sup>10</sup> Postagem feita pelo perfil oficial de Mark Zuckerberg, disponível em: <https://www.facebook.com/zuck/posts/10104501954164561>

membras. Em uma publicação fixada, Maíra deixa claro o objetivo da criação desse espaço online:

Grupo para travestis, mulheres transexuais, bissexuais e lésbicas compartilharemos informações, notícias e debates. Para discutirmos temas relacionados com as nossas necessidades, para nos organizarmos entre nós e conseguirmos ter mais voz dentro dos movimentos de mulheres, onde a maioria é cis e hétero, e dos movimentos mistos com homens. Também para entendermos algumas origens sociais e econômicas dos nossos problemas para podermos pensar soluções coletivas para eles (Grupo Mulheres LBT, *Facebook*, 2016)

Entende-se que grupos como o Mulheres LBT, aliado ao objetivo da rede social *Facebook* de estabelecer relações sociais entre os membros, configurou-se como uma forma importante de suporte às mulheres que escapam aos padrões da sociedade. As redes sociais e os meios de comunicação, de forma geral, podem contribuir sobremaneira para o sentimento de inclusão, pertencimento e orgulho LGBT. O Grupo Mulheres LBT é, potencialmente, um lugar de ajuda para se assumir, se entender, compartilhar experiências e dúvidas, e saber que existe um universo no qual é aceito quem foge ao padrão cis-heteronormativo.

Esta pesquisa teve como objetivo viabilizar e compreender produções discursivas de mulheres LBT no que tange a vivências de situações de violência ligadas à questão de diversidade de gênero e orientação sexual. Para que isso fosse possível, teve como objetivos específicos proporcionar a criação de um espaço *on-line*, a partir do Grupo Mulheres LBT no *Facebook*, para a produção discursiva de vivências de violência por mulheres LBT; descrever e analisar os discursos dessas mulheres acerca da violência com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso e; compreender as vivências de

violências sofridas por mulheres que fogem ao padrão cis-heteronormativo da sociedade.

Assim, esta pesquisa se justifica academicamente por trazer uma questão extremamente atual para o âmbito da ciência, fazendo uso de um ambiente bastante contemporâneo para coleta de dados – as redes sociais –, mas principalmente por ser mais um elemento de visibilidade às mulheres, especificamente mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis.

### Método

Por ter como objetivo analisar discursos sobre violência contra mulheres LBT, optamos metodologicamente por trabalhar a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux (1995). A Análise de Discurso (doravante AD) é uma área interdisciplinar que organiza um cabedal teórico capaz de dar condições para a compreensão de como objetos simbólicos (textos de qualquer natureza) produzem sentido (Orlandi, 2015).

Dentre os conceitos fundamentais para a AD, tal como vem sendo utilizada ainda hoje, sobretudo no Brasil (Indursky & Ferreira, 2007), está o de formação discursiva (FD). Pêcheux (1995) toma de empréstimo o conceito de formação discursiva, de Michel Foucault, e, embora o tenha reformulado, esse conceito foi fundamental para se passar a um entendimento do discurso como algo que não se agrupa de maneira regular. “A noção de formação discursiva tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da formação discursiva está em relação paradoxal com seu ‘exterior’” (Pêcheux, 1983/2014, p. 314), afinal essa nova estrutura, ou agrupamentos em função de suas regularidades, se deixa invadir por outras formações discursivas, deixando para trás seu formato fechado (Pêcheux, 1983/2014).

Por formações discursivas entendem-se

agrupamentos de discursos que possuem alguma regularidade e relação com formações ideológicas. Pelo fato de os discursos circularem o tempo todo, as formações discursivas não são fechadas. Segundo as palavras de Pêcheux (1995),

chamaremos, então de formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.), [ou seja] as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas (Pêcheux, 1995, p. 160).

Nesse sentido, o sujeito do discurso, primeiramente, é entendido como aquilo que é “concebido como puro efeito de assujeitamento à maquinaria de formação discursiva, com a qual ele se identifica” (Pêcheux, 1983/2014, p. 314). Contudo, posteriormente, Pêcheux (1983/2014) entende que a noção de assujeitamento se dá pelo atravessamento pela ideologia e também pelo inconsciente.

O autor postula ainda o conceito de interdiscurso, entendido como o já-dito que referencia toda a produção discursiva e se divide em dois tipos de elementos: o pré-construído e articulações. O primeiro diz respeito ao “‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (Pêcheux, 1995, p. 164). Já o segundo, a articulação, “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito<sup>11</sup>” (Pêcheux,

1995, p. 164).

Por fim, podemos dizer que a Análise de Discurso tem por objetivo compreender como os efeitos de sentido se estabelecem na relação com as condições de produção. Segundo Pêcheux (1995), a língua, com toda sua opacidade, dá condição de possibilidade de produção, e o texto torna-se a materialidade capaz de veicular o discurso. O discurso é um objeto social, histórico e ideológico que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua) na relação com a exterioridade. É uma prática social, cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção e da reflexão sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua, afinal o discurso é o ponto de encontro entre língua e ideologia (Brandão, 2004).

Cada sujeito é interpelado pela Ideologia geral “através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) [o qual] fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto um sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (Pêcheux, 1995, p.162). Tal “interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a forma discursiva que o domina” (Pêcheux, 1995, p.163). Porém, Pêcheux acredita num deslizamento possível que pode acontecer entre uma formação ideologia e outra, afinal não é possível inventar línguas e ideologias, mas escolher na qual se filiar e até mesmo resistir ao contexto em que o sujeito está inserido. Portanto, as condições de produção dizem respeito ao contexto imediato, os sujeitos interlocutores, a memória discursiva (interdiscurso) e as formações imaginárias; assim como o contexto social, histórico e ideológico.

Para essa pesquisa foi preciso, antes de coletar dados na internet, entender a dinâmica do Grupo Mulheres LBT e da rede social *Facebook*, local onde os dados foram

---

<sup>11</sup> Para a Análise de Discurso, forma-sujeito é o sujeito tal como é definido historicamente em seus processos de constituição e funcionamento no imaginário da sociedade (Orlandi, 2007).

produzidos, e também a obtenção de uma breve contextualização da violência contra a mulher, das condições das mulheres LBT no Brasil, os conceitos que abrangem esse grupo de mulheres e o Movimento LGBT, já que esses aspectos dizem respeito ao que se chama em Análise de Discurso de produção.

Além disso, alguns outros fatores podem influenciar a produção do discurso. Um deles, apresentado por Orlandi (2015, p. 37), é o mecanismo de antecipação, pois “todo sujeito tem a capacidade de experimento, ou melhor, colocar-se no lugar que o seu interlocutor “ouve” suas palavras”. Dessa forma, uma previsão de um interlocutor que é seu cúmplice ou, no outro extremo, seu adversário absoluto, faz com que o mecanismo dirija o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor (Orlandi, 2015).

A definição de discurso, portanto, pode ser entendida como o efeito de sentidos entre locutores (Orlandi, 2007), ou seja, é na interação entre os sujeitos, que constituem e são constituídos por meio da relação que estabelecem entre si. Ainda, é preciso considerar como inerente ao conceito de discurso as condições de produção já mencionadas anteriormente.

A noção de silêncio também é fundamental para pensar a própria noção de discurso. Ao contrário do senso comum, onde a linguagem aparece como “figura” e o silêncio como “fundo”, “podemos dizer que o silêncio é que é ‘figura’, já que é fundante” (Orlandi, 2007, p. 31). Com ou sem palavras, o ser humano está condenado a significar, onde tudo tem de fazer sentido, portanto o silêncio é a própria condição da produção de sentido. O silêncio pode ser categorizado de duas formas:

a) o silêncio fundante; b) a política do silêncio (silenciamento). A primeira nos indica que todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio; a segunda diz que – como o sentido é sempre

produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos (Orlandi, 2007, p. 53).

Algumas diferenças entre os dois tipos de silêncio são traçadas por Orlandi (2007), sendo que a principal “é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo” (Orlandi, 2007, p. 73). O silêncio fundante é matéria significativa por excelência, enquanto a política do silêncio é definida quando, ao dizer algo, outros sentidos possíveis são apagados necessariamente, pois são indesejáveis em determinada situação discursiva (Orlandi, 2007). Assim,

se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. [...] Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, uma vez que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos. (Orlandi, 2007, pp. 73-74).

Da perspectiva das discussões de gênero, a questão do silêncio também é fundamental. Rebeca Solnit (2017) afirma que a história do silêncio é central na história das mulheres, afinal, a violência contra as mulheres muitas vezes se dá contra suas vozes e histórias pessoais. E ter voz é algo fundamental para exercer seus direitos, assim como o direito de não falar. Voz não apenas no sentido literal, como o som produzido pelas cordas vocais, mas entendido como a “capacidade de se posicionar, de participar, de se experimentar e de ser experimentado como uma pessoa livre com direitos” (Solnit, 2017, p. 31).

As formas de silenciamento são inúmeras, como as ridicularizações, ameaças, descréditos, isolamento, vergonha, até mesmo a “boa educação”, entre outras que fazem histórias serem aniquiladas e reduzidas ao

silêncio, “e as vozes que poderiam gerar empatia são silenciadas, desacreditadas, censuradas, tornando-se afônicas e inaudíveis” (Solnit, 2017, p. 49).

Apresentados os elementos metodológicos pertinentes à AD, bem como alguns conceitos fundamentais para compreender as condições de produção nas quais estão inseridos os discursos sobre a violência, passamos a apresentar os dados coletados nos ambientes online.

Entendendo a importância da maneira, do local e como a coleta de dados é feita, para tentar interagir de maneira mais próxima aos sujeitos, a coleta foi realizada por meio da rede social *Facebook*, a partir do grupo acima mencionado – Grupo Mulheres LBT – e a materialidade discursiva analisada foram relatos produzidos a partir de uma postagem que convidava para participação na pesquisa. A utilização da internet, tanto como local de pesquisa quanto como instrumento de pesquisa, para Fragozo, Recuero & Amaral (2011), não descaracteriza o rigor científico da pesquisa.

Inicialmente, a proposta da pesquisa previa coleta de dados somente no Grupo Mulheres LBT, grupo fechado, com acesso de conteúdo restrito apenas para membras. Contudo, dada a dificuldade de conseguir depoimentos, optamos por repostar o convite para participação na pesquisa de modo aberto, na mesma rede social, a fim de ter maior visibilidade. Assim, as participantes mesclaram-se entre pertencentes ao Grupo Mulheres LBT e outras que visualizaram a publicação divulgada de modo aberto no *Facebook*. A baixa interação com a postagem pode ser entendida tomando a visão geral da rede *Facebook* que, conforme já mencionamos, teve diminuição de acesso significativa no ano de 2017. O ano difícil para o *Facebook*, como disse Mark<sup>12</sup>, pode ter dificultado a coleta de dados para a pesquisa.

---

<sup>12</sup> Postagem feita pelo perfil oficial de Mark Zuckerberg, disponível em: <https://www.facebook.com/zuck/posts/10104501954164561>

Desse modo, criamos uma postagem (Figura 1), solicitando às participantes que descrevessem situações vivenciadas de violência que se deram pelo fato de serem mulheres LBT. Embora tenha sido dada a possibilidade de se enviar os relatos em formato de comentário na própria postagem, não houve nenhum depoimento desse modo. Assim, foram selecionados 4 relatos feitos via *in box* (enviados de modo privado à pesquisadora) que traziam situações pessoais de violências ocorridas com as próprias mulheres que se enquadram no grupo “LBT”.

Desse modo, os critérios de inclusão para as participantes foram: que se autodeclarassem LBT, maiores de 18 anos; que respondessem à postagem feita pela pesquisadora por meio de relatos pessoais. O projeto foi enviado ao Comitê de Ética para sua aprovação, conforme parecer de nº 2.278.810. Vale salientar que a pesquisadora já pertencia ao Grupo Mulheres LBT e que não entrou apenas para realizar a pesquisa. Além disso, a pesquisadora também é mulher e pertencente ao movimento LGBT.

## Resultados e Discussões

Ao analisar os discursos sobre a violência contra mulheres LBT a partir das redes sociais, um primeiro elemento a ser considerado é a possibilidade de dizer acerca desse assunto de modo público e também o efeito de agrupamento que as redes sociais possibilitam. Assim, criam-se espaços em que se reúnem “iguais” para discutir pautas comuns, o que se materializa na existência de grupos como o “Mulheres LBT”.

Entretanto, ao utilizar a postagem como estratégia de coleta de dados, foi possível perceber, pela baixa adesão aos comentários públicos, a preferência por relatar experiências de violências de modo privado (dos 4 depoimentos coletados, 3 foram enviados *inbox*). Isso pode ser compreendido a partir da própria noção de silenciamento tal como é discutido por Orlandi (2007). Alguns conteúdos, e a violência é um deles, estão relacionados a uma política de silêncio, ou

seja, figuram entre aqueles que não podem ser ditos, pelo menos em âmbito público.

Os relatos sobre a violência experienciada por mulheres LBT colocam como agentes pessoas próximas – familiares,

amigos etc. – e pessoas desconhecidas, de modo que é possível compreender que, tanto o espaço público, como o privado, são ambientes nos quais as situações de violência podem ocorrer.



**Figura 1:** Postagem realizada 30 de janeiro  
**Fonte:** Print do Facebook

São trazidas diversas formas de violência que envolvem a obrigatoriedade de um processo de aceitação pessoal – aceitação que só é necessária porque se coloca em um contexto histórico e ideológico heteronormativo –, em um primeiro momento, e depois a aceitação por parte da família. Neste sentido, o interdiscurso que materializa

uma memória em torno da noção de família produz o efeito de que se trata de um ambiente e grupo de pessoas que se amam incondicionalmente. Assim, a necessidade de “aceitar” já coloca em questão o amor incondicional, o que torna o processo ainda mais violento. Isso pode ser visualizado no fragmento a seguir: “ela [mãe] me chamou

*pra conversar e disse que nunca ia aceitar, mas que ia me respeitar” (Carla<sup>13</sup>). Há casos em que esse “amor” se transforma em violência explícita, como descreve uma participante: “já que pra minha família isso é algo abominável, assim que contei fui expulsa de casa, como se fosse um bicho, ou mesmo algo que pudesse ser descartado” (Ana).*

Nos relatos que descrevem o processo de reconhecimento enquanto mulher não heterossexual, algumas participantes destacam a pressão exercida pela família e pela sociedade para que haja um enquadramento em alguma categoria, ainda que a nomeação as coloque em um grupo estigmatizado: “*Mas era tudo muito novo pra mim porque até meus 23 anos eu achava que era a maior hétera da face da terra*” (Carla). Assim, a obrigatoriedade de autorreconhecimento é exercida como uma forma de violência, uma vez que ela só é exigida quando não se pertence a uma categoria considerada universal – a heteronormativa. Não houve espaço, nos dados analisados, para ambiguidade ou para novas possibilidades além do que foi tido como regra, exigiu-se dessa mulher que alguma “decisão” fosse tomada, o quanto antes, o que gerou angústia: “*na verdade não tinha tido o tempo nem de eu mesma me entender*” (Carla).

No que se refere às situações que ocorrem fora do ambiente doméstico, os episódios relatados podem ser categorizados como mais ou menos explícitos. Por exemplo, o relato a seguir, feito pela participante Ana, trouxe uma ocorrência de violência gratuita e explícita em um espaço público:

*Outra situação foi recente junto com a minha namorada, estávamos numa praça aqui perto de casa, conversando e ela estava fazendo carinho em mim (algo que é comum pra qualquer casal na face da terra) e um cara parou de carro na nossa*

*frente, dizendo que se a gente não parasse ele desceria chumbo nas duas, ficamos assustadas e saímos da praça (Ana).*

Relatos como esse explicitam que a “ampla presença da violência de gênero e da violência sexual serve para restringir a liberdade e a confiança daquelas que tem de viver num mundo em que as ameaças compõem o pano de fundo de suas vidas” (Solnit, 2017, p.47). Outro relato, que também dialoga com a forma de agir e se sentir no mundo, apresenta um episódio em que a agressão ocorre de modo menos explícito, pelo menos para o autor da violência:

*Estávamos sentadas nas mesas que ficam na calçada de um bar e um homem com um violão se aproximou “Que coisa linda, um casal de mulheres... são um casal né?” como se fôssemos uma atração, confirmamos com a cabeça que éramos um casal. “Sabe que eu acho lindo isso?... assim, eu não sou homofóbico nem nada disso... mas é que um casal de gays é estranho, tão feio... mas duas mulheres é até bonito de ver” (Débora).*

Nesse caso, a situação de violência veio apresentada como fetiche, de modo que a reação das mulheres que passaram por ela é regida por um jogo de forças que coloca em cena a antecipação do tipo de resposta “adequada” para o momento. Ou seja, se elas respondessem agressivamente ao “elogio” poderiam sofrer ainda mais violência, já que não há o reconhecimento, por parte do autor, de que se trata de uma forma de violência fetichizar o simples fato de duas mulheres estarem juntas. Desse modo, numa situação como essa, as mulheres não tiveram como escapar à violência: ou sofreriam violência por demonstrar que são um casal – seja através do fetiche ou mesmo da agressão- ou por serem obrigadas a não agir como casal no espaço público.

<sup>13</sup> Foram utilizados nomes fictícios para identificar as participantes. Também foram preservadas as falas/escritas do modo como foram produzidas pelas participantes, sem correção gramatical.

Tais violências só ocorreram porque, conforme discutimos anteriormente, o padrão heteronormativo é colocado como norma, uma vez que se pressupõe que toda mulher deveria relacionar-se com homens, de modo que tudo que foge disso pode ser, no máximo, “aceito”. Assim, também se pode ter como efeito a compreensão da homossexualidade como algo relacionado à promiscuidade, que só é possível tendo como base o interdiscurso que se apoia no pré-construído da heteronormatividade. Afirmações como “sem vergonha” e “orgia” surgem como formas de caracterizar, por exemplo, atos de carinho entre duas mulheres.

Outro exemplo que ilustra uma situação de fetichização aparece no relato de Carla acerca da “curiosidade” de um ex-namorado:

*Um episódio que não encaixa muito no restante da história, mas que aconteceu assim que cheguei do intercâmbio também, foi quando sai pra encontrar um amigo e, sem me avisar, ele levou meu ex junto. Não era um encontro pra matar a saudade, mas pra matar a curiosidade porque ficaram apenas falando merdas sobre algumas meninas lésbicas pra, na lata, jogar um "eai \*\*\*", é verdade que você está colando velcro também?" (Carla).*

O modo pejorativo como se caracterizou a relação entre duas mulheres, “colando velcro”, supostamente de forma “bem humorada”, permitiu indiciar a forma como a sociedade heteronormativa lida com aquilo que foge do padrão estabelecido. O gesto do ex-namorado coloca-o numa FD patriarcal, a partir da qual o homem se sente no direito de invadir algo da ordem do privado, que não diz respeito a ele, apenas por ser homem.

Como vimos, as situações de violências ocorridas no espaço público foram perpetradas por desconhecidos, que reagiram a manifestações de carinho com violência gratuita, como se pode observar no relato de

Ana, no qual o casal foi abordado pelo simples fato de estar junto em um espaço público; ou ainda a reação que se deu por meio da fetichização ou da brincadeira, que também são formas de violência. Assim, a leitura de um mesmo elemento discursivo, seja ele uma manifestação de carinho, se faz de forma diferente quando os atores são um casal heterossexual e um casal homossexual. Esse efeito de sentido se coloca na explicação trazida pela participante ao discorrer sobre o gesto de carinho com sua namorada: “*algo que é comum pra qualquer casal na face da terra*” (Ana). A reação/interpretação ao gesto de afeto vai depender da FD na qual se insere o sujeito. Poderíamos chamar de FD conservadora a que reage com violência, desprezo ou qualquer ação ou omissão que denote reprovação à troca de carinho entre o casal mencionado.

Ainda no que se refere ao espaço público, há um discurso corrente de que as pessoas atualmente são mais tolerantes, menos preconceituosas, ou que, pelo menos, não manifestam verbalmente seu preconceito. Entretanto, vários excertos dos depoimentos que coletamos podem indicar que não se tratam de fatos isolados os episódios de violência, contudo tal afirmação dependeria da existência de estudos sobre violência contra mulheres que fizessem esse recorte de identidade de gênero e/ou orientação sexual. Um exemplo aparentemente banal, mas que revela o caráter cotidiano da violência pode ser verificado no seguinte trecho: “*Já deixaram de frequentar um restaurante que eu e a [nome da esposa] frequentava. E ainda contaram o motivo para a dona do estabelecimento*” (Bianca).

Quando olhamos para os efeitos das violências ocorridas em ambos os espaços – público e privado – constatamos que, a despeito da ideia de que o espaço público seria o único lugar não seguro, o espaço privado também se configura como lugar de violência e ambos estão conectados. Por exemplo, o fragmento “*eu cresci escutando que veado era sem-vergonhice, falta de apanhar*” (Carla) dialoga com o depoimento de Ana, em que se

relata a fala do agressor que afirma que vai "descer chumbo..." nas duas meninas. Provavelmente ambos os sujeitos ouviram enunciados como esse quando crianças e é isso que mantém a violência e produz tanto o medo, quanto a intolerância.

Nesse sentido, a noção de sujeito para a AD, produzido sempre no curso dos dizeres, pela filiação a uma ou mais FD's, é o que permite que um indivíduo (sujeito empírico) tome para si determinadas ideologias e as reproduza discursivamente (tornando-se sujeito do discurso). Isso produz o que chamamos, atualmente, de sujeitos conservadores, modalidade possível somente porque, no curso dos dizeres, e das ideologias, existem outras possibilidades de organização fora do que seria uma FD conservadora.

Entretanto, é preciso levar em conta que as categorias nas quais os sujeitos se organizam, a partir das FD's, não são opostas e estanques. Acerca disso, é possível trazer o depoimento de uma das entrevistadas: "Eu fazia bullying com um coleguinha da escola que era gay. Depois de adulta já não tinha problema com isso, mas quando me vi SENDO a viada da história meu mundo virou de ponta-cabeça" (Carla). No recorte acima, é possível perceber que o sujeito transita e se constitui no curso dos dizeres: assim, é possível que alguém que tenha se constituído a partir de uma FD conservadora e tenha se colocado, desse modo, no lugar daquela/e que é agente de violência, possa passar a um outro lugar, daquela/e que passa por uma situação de violência.

Ao tratar das formas de violência que se colocam no cotidiano de mulheres LBT, e que tangenciam a fala das entrevistadas, ainda que não apareça de modo direto, podemos elencar o silenciamento, visto que é o silêncio que determina os limites do dizer, os limites das formações discursivas, e assim, para compreender um discurso, deve-se perguntar sistematicamente o que ele "cala" (Orlandi, 2007).

O primeiro modo como o

silenciamento se esboça nas vivências das mulheres LBT diz respeito a um efeito de não legitimidade de lugar de fala, como se fossem impelidas a não falar, tendo em vista algo como uma estupefação diante de uma situação que, de tão absurda, parece não ser passível de argumentação: "eu e minha namorada não conseguimos esboçar nenhuma reação" (Débora, grifos das pesquisadoras). Nesse sentido, foi possível perceber uma espécie de justificativa, ligando características pessoais, de ordem individual, para explicar um fenômeno que se aplica ao grupo: "Eu e minha namorada somos parecidas nessa questão de ouvir e não conseguir responder situações de desconforto, nessa não foi diferente" (Débora). Contudo, há também situações em que o silenciamento ocorre em face ao perigo iminente de violência física ou até morte, como podemos observar no seguinte fragmento que é relatado após uma ameaça verbal: "Eu não respondi e impedi minha namorada de falar também, porque se ela falasse ele poderia reagir" (Ana).

Outro modo de impor o silêncio está na interação que se estabelece com as outras pessoas, afinal silenciar não é só impedir ou não dar condições para que se fale, mas também ignorar aquilo que se fala: "Ele [pai] não estava disposto a me ouvir." (Carla). Outro exemplo pode ser visualizado na fala de Ana, ao relatar sobre a situação com seus familiares: "Aceitaram nada. Eu até voltei pra casa porque fiquei desempregada, mas ninguém fala nada e meu relacionamento aqui é péssimo" (Ana, grifos das pesquisadoras). Um enunciado como esse nos mostra como uma pessoa pode ser visível e audível, e, no entanto, silenciada (Solnit, 2017). Em alguns casos, entretanto, a sensação de impossibilidade de falar é literal: "Tudo que eu consegui fazer foi acenar "não" com a cabeça. Não consegui fazer nenhum som. Eu fiquei sem palavras, chocada e com medo" (Carla, grifos das pesquisadoras).

Outra forma de silenciar não está diretamente vinculada às pessoas, mas ao conteúdo da fala, colocando-se no campo daquilo que não pode ser dito. Isso pode se

materializar na língua de diversas formas, uma delas é o uso de termos genéricos ou indeterminados, como é o caso do pronome demonstrativo “isso”, no excerto a seguir: “*é verdade que isso está acontecendo com você*” (Carla, grifos da pesquisadora). Desse modo, é possível concordar com Rich (1980 citada por Solnit, 2017), que afirma que a vida da mulher lésbica é constantemente silenciada: “*Acho que tem um ano, mais ou menos, que as coisas estão melhores. Todos engavetaram esse assunto. Eles fazem de conta de nada acontece e não falam sobre isso... e vida que segue*” (Carla).

Todas essas formas de silenciamento e violências decorrem, conforme já afirmamos acima, por tomarmos como pré-construído o conceito de heteronormatividade. Um dos elementos ligados a essa noção que estabelece padrões é o binarismo, que coloca papéis estanques e cristalizados ligados ao feminino e ao masculino. Desse modo, numa FD conservadora, quando um sujeito ocupa uma posição discursiva de mulher, junto com ela vem um conjunto de elementos simbólicos que podem estar descolados, tais como vestimentas, modos de andar, falar, se comportar, etc. Uma situação que materializa o quanto ainda essas posições são tomadas de modo estanque pode ser observada no depoimento a seguir: “*uma vez quase fui barrada em uma festa porque eu estava com uma entrada feminina, e na época eu era um pouco mais masculina do que hoje e a pessoa só poderia ser cega pra não ver*” (Bianca). Destaca-se, nessa fala, a impossibilidade de reconhecimento de uma mulher que se veste de forma entendida como masculina, produzindo a invisibilização desse modo de existir: “*só poderia ser cega para não ver*”.

Por fim, um aspecto que é colocado em relevo na fala das entrevistadas, é a patologização ou demonização do ser mulher LBT. Isso pode ser materializado por meio de várias modalidades, que se refletem nas nomenclaturas utilizadas, que vão desde a indeterminação (“isso”) até termos efetivamente ligados ao campo da doença como “câncer”: “*Ela [prima] me disse que*

*isso era como um câncer e que aos poucos ia acabar comigo e com a felicidade da minha família. Foi um soco no meu estômago porque eu sabia que não seria fácil ela entender, mas câncer?*” (Carla).

Em outros casos, o caráter patológico aparece nas medidas adotadas: “*me mandaram pra psicóloga*” ou para um “*retiro religioso*” (Carla). Outra possibilidade é o castigo, falta de atenção e carinho por parte da família:

*Fui obrigada a jurar que nunca mais veria a \*\*\* [nome da namora]. Fiquei de castigo e só podia ir do trabalho pra casa, casa pro trabalho. Não podia sair. Eles não falavam comigo muito menos me encostavam – e isso era muito dolorido porque eu lembro de sentir muita falta do abraço da minha mãe*” (Carla).

Ainda, evidencia-se, nos discursos em torno da patologização e demonização da mulher LBT o ancoramento no discurso religioso: “*Nessa conversa ele [pai] falou muito sobre a bíblia e deu o maior sermão sobre o quão abominante [sic] e inaceitável isso é*” (Carla).

Dentre os vários elementos que se destacaram nessa análise, finalizamo-la com o reconhecimento de que trabalhamos uma amostra com especificidades, uma vez que partimos de discursos que se produzem a partir de sujeitos que, primeiro, se reconhecem como mulheres LBT; e, segundo, já estão inseridas em discussões que se colocam a partir desse reconhecimento. Ainda assim, a violência é tão estrutural que foi possível perceber, mesmo num grupo como esse, o não reconhecimento ou atenuação das situações de violência: “*não sei se se encaixa como violência*”, “*violência física nunca passei*”- como se fosse única forma reconhecida de violência; “*Bom, comigo foi assim: não sofri violência física nenhuma vez, porém verbal e psicológica sim*” (Carla).

Um último fragmento ilustra bem o quando as situações de violência são veladas e aparecem atravessadas por outros dizeres:

Débora, ao relatar a situação de fetichização, refere-se a ela em dois momentos por meio da expressão “situação de desconforto”. Ao “escolher” chamar uma situação de violência como “desconforto”, ameniza-a e tem-se como efeito de sentido uma diminuição do caráter agressivo do evento.

Ainda, podemos olhar para a pouca participação das mulheres na pesquisa tendo em vista essa dificuldade de reconhecimento do que é ou não uma situação de violência: uma vez que não se consegue visualizar as diversas formas de violência às quais essas mulheres estão submetidas cotidianamente, elas não se sentem convocadas a falar sobre ela, o que pode ser explicado também pela banalização dessas situações, dado o caráter de repetição.

### **Considerações finais**

A pesquisa colocou em evidência discursos relacionados às mais diversas formas de violência contra mulheres LBT, e com a criação do espaço *on-line* na rede *Facebook*, foi possível descrever, analisar e compreender tais discursos ligados à questão de diversidade de gênero e orientação sexual. Visto que, para coleta de dados foi preciso comunicar as participantes que se tratava de uma pesquisa, isto pode ter gerado certa insegurança e sobrecarga de responsabilidade. Contudo, apensar de somente quatro mulheres participarem, o material produzido foi suficiente para caracterizar formas de violência dirigidas a esse público específico e compreender sentimentos relacionados a essas vivências. Tal processo também possibilitou a reflexão sobre o fato de que não houve relatos

de maneira pública, ou seja, de acesso aberto a outras pessoas, além da pesquisadora, o que pode nos mostrar um possível medo de serem revitimizadas.

Temas como os diversos tipos de violência contra as diferentes mulheres precisam ser sempre evidenciados, discutidos e problematizados, pois ainda o Brasil é um país que mata mulheres sistematicamente e, quando se fala em mulheres LBT, a situação se agrava muito. Desse modo, a questão da violência contra mulheres LBT não deve ser interesse apenas para aquelas que são lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, mas deve ser tratada como problema social que merece atenção nas suas especificidades. Afinal, ainda que tenham sido discutidos relatos individuais, trazidos de maneira privada, apontam para temática de ordem pública, que necessita ser abordada, visto que “a aplicação da lei em situação de violência entre mulheres lésbicas tem sido pouco visibilizada, talvez pelo reduzido número de casos que chegam ao judiciário ou pelo despreparo dos operadores do direito em lidar com essa violência” (Stevens et al., 2014, p. 499).

Portanto, é possível evidenciar que a violência contra mulher, seja ela qual e como for, está enraizada na cultura brasileira, sendo “promovida e perpetuada, ao longo do tempo e, por este motivo, nem sempre é fácil de ser observada ou modificada” (Oliveira et al., 2017, p. 205). Assim, a compreensão e visibilidade de discursos, como os aqui analisados, podem representar também uma forma de enfrentamento às violências contra as mulheres.

### **Referências**

Associação Nacional de Travestis e Transexuais [ANTRA]. (2018). *Violência crescente contra pessoas trans em 2018*. Recuperado de <https://antrabrasil.org/2018/03/29/violencia-crescente-contra-pessoas-trans-em-2018/>

Blay, E. A. (2008) *Assassinato de mulheres e direitos humanos* (34ª ed.). São Paulo: USP.  
Brandão, H. H. N. (2004). *Introdução à análise do discurso* (2ª ed.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.

- Dinis, N. F. (2011). Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*, (39), 39-50. doi: [10.1590/S0104-40602011000100004](https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100004)
- Dinis, N. (2014). Por uma Pedagogia Queer. *Itinerarius Reflectionis*, 9(2). [10.5216/rii.v2i15.27710](https://doi.org/10.5216/rii.v2i15.27710)
- Facebook. (2019). Informações da empresa [Site institucional do Facebook]. Recuperado de <https://br.newsroom.fb.com/company-info/>
- Fragoso, S., Recuero, R., & Amaral, A. (2011). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos* (2ª ed.). Brasília: Autor, Recuperado de [https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989)
- Indursky, F., & Ferreira, M. C. L. (Orgs). (2007). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz.
- Oliveira, R. C., Lima, J. C. P. & Arana, A. M. F. R. (2017). Da criação das DEAM's à Lei Maria da Penha: uma reflexão sobre a questão da violência contra as mulheres. *Revista Ártemis*, 24(1), 201-213.
- Orlandi, E. P. (2015). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (12ª ed.). São Paulo: Pontes Editores
- Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (6ª ed.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP
- Pêcheux, M. (1983/2014). A análise do discurso: três épocas. In F. Gadet, T. Hak (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (2ª ed., pp. 307-315). Campinas: Ed. da UNICAMP.
- Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2ª ed.) (E. P. Orlandi et al., Trad.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Pêcheux, M. (2008). *O discurso: estrutura ou acontecimento* (5ª ed.) (E. P. Orlandi Trad.). Campinas, SP: Pontes Editores.
- Pinsky, C. B., & Pedro, J. M. (orgs). (2013). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Recuero, R. (2009). *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina. Recuperado de <http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteca/conomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternetrecuero.pdf>.
- Sacramento, L. T., & Rezende, M. M. (2006). Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, (24), 95-104. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942006000300009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009)
- Solnit, R. (2017). *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo: Companhia das letras.
- Souza, D. P., & Cararo, A. (2017). *Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil*. São Paulo: Seguinte.
- Stevens, C., Oliveira, S. R., & Zanello, V. (2014). *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Waiselfisz, J. J. (2015) *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Recuperado de [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)

**Dados sobre as autoras:**

- *Mônica Karpinski*: Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, graduanda em Psicologia pela UNICENTRO e estagiaria do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) da UNICENTRO – Irati-PR.
- *Kátia Alexandra dos Santos*: Doutora em Psicologia, professora do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO.

**Agradecimentos:**

Agradecimentos a Fundação Araucária.